



Simulado Final

TRT PE

Analista Judiciário - Área Judiciária
Pós-Edital

Simulado

Simulado Final TRT-PE (Analista Judiciário - Área Judiciária)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Judiciária** do **TRT-PE**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h** às **13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/yJs3dkwk3JvkDcnw8>

01 - A B C D E	13 - A B C D E	25 - A B C D E	37 - A B C D E	49 - A B C D E
02 - A B C D E	14 - A B C D E	26 - A B C D E	38 - A B C D E	50 - A B C D E
03 - A B C D E	15 - A B C D E	27 - A B C D E	39 - A B C D E	51 - A B C D E
04 - A B C D E	16 - A B C D E	28 - A B C D E	40 - A B C D E	52 - A B C D E
05 - A B C D E	17 - A B C D E	29 - A B C D E	41 - A B C D E	53 - A B C D E
06 - A B C D E	18 - A B C D E	30 - A B C D E	42 - A B C D E	54 - A B C D E
07 - A B C D E	19 - A B C D E	31 - A B C D E	43 - A B C D E	55 - A B C D E
08 - A B C D E	20 - A B C D E	32 - A B C D E	44 - A B C D E	56 - A B C D E
09 - A B C D E	21 - A B C D E	33 - A B C D E	45 - A B C D E	57 - A B C D E
10 - A B C D E	22 - A B C D E	34 - A B C D E	46 - A B C D E	58 - A B C D E
11 - A B C D E	23 - A B C D E	35 - A B C D E	47 - A B C D E	59 - A B C D E
12 - A B C D E	24 - A B C D E	36 - A B C D E	48 - A B C D E	60 - A B C D E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/Sqhr>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA**

Felipe Luccas

TEXTO 01**Suor bíblico e suor dionisíaco**

“Os infatigáveis e obcecados fazedores de dinheiro”, escreveu Lord Keynes em 1930, “podem nos levar consigo até o coro da abundância econômica. Mas aqueles povos que mantêm viva e cultivam a uma perfeição mais plena *a arte da vida*, e não se vendem pelos *meios de vida*, é que serão capazes de gozar a abundância quando ela chegar.” O Ocidente tecnoc consumista promoveu uma aceleração do trabalho e da cobiça por riqueza como jamais o mundo conheceu; a utilidade e a eficiência tornaram-se a pedra de toque de todas as escolhas e conclusões. Mas, em vez de se libertarem do jugo da necessidade e do primado da economia sobre suas vidas, como imaginavam Keynes e os grandes economistas clássicos, as sociedades ocidentais se precipitaram, como que tomadas por louca compulsão, rumo à reprodução da riqueza e da necessidade numa escala ampliada. E tudo em nome do quê? Tudo em nome de um mundo em que o comércio dá as cartas e se insinua cada vez mais como a alma-vácuo da cultura; um mundo em que todos se veem compelidos a atíçar desejos de consumo uns nos outros simplesmente para se manterem à tona dos seus gastos; em que as pessoas esperam cada vez mais dos seus *gadgets* e pílulas miraculosas, mas cada vez menos umas das outras em suas relações pessoais e amorosas; em que a solidão e a má sociabilidade crescem na razão direta da interconectividade e do avanço das técnicas de comunicação. — E o Brasil com isso? Será desvairadamente utópico imaginar que temos tudo para não capitularmos a opressiva industriiosidade geradora de *objetos demais, alegria de menos* do tecnoc consumismo ocidental? Que o Brasil, embora modesto nos meios, mantém viva sua aptidão para *a arte da vida* e a capacidade de cultivá-la a uma perfeição mais plena? Que podemos ousar modelos de economia e de convivência mais humanos e adequados ao que somos e sonhamos? Que nossa reconhecida aversão ao suor bíblico, longe de ser fraqueza, apatia ou preguiça, é apenas a contrapartida de uma irrefreável vocação para o suor dionisíaco?

(Fonte: GIANNETTI, Eduardo. Trópicos utópicos. Uma perspectiva brasileira da crise civilizatória. Companhia das Letras. 2016)

01. O *tecnoc consumismo ocidental* mencionado pelo autor remete

- a) à ideia de que a tecnologia tem contribuído para a pavimentação de uma lógica de consumo mais sustentável.
- b) à inversão de valores em que, na sociedade ocidental, a utilidade e a eficiência perderam sua proeminência.
- c) à sensação de que os dispositivos eletrônicos possibilitaram maior senso de comunidade e colaboração entre os indivíduos.
- d) à crescente valorização do trabalho e do acúmulo de riquezas em detrimento das relações interpessoais.
- e) à alienação dos brasileiros em meio ao desenvolvimento econômico e tecnológico vigente.

02. De acordo com o autor, a postura do Brasil perante o tecnoc consumismo ocidental reside em

- a) opor-se veementemente aos avanços da interconectividade e das técnicas de comunicação.
- b) trabalhar, no mesmo espírito do suor bíblico, pelo progresso econômico da nação.
- c) aderir ao modelo de economia atual, integrando-o ao modo de vida brasileiro.
- d) desvencilhar-se do passado negligente para explorar, a todo custo, as riquezas adormecidas.
- e) resistir à lógica de produção excessiva em prol da construção de modelos de convivência mais humanos.

03. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

- a) *obcecados fazedores de dinheiro* = compulsivos mantenedores de riquezas
- b) *desvairadamente utópico imaginar* = evidentemente quimérico pensar
- c) *opressiva industriiosidade geradora* = corpulento maquinário criador
- d) *aversão ao suor bíblico* = fascínio ao trabalho duro
- e) *irrefreável vocação* = irresistível aptidão

04- Que o Brasil, embora modesto nos meios, mantém viva sua aptidão para a arte da vida e a capacidade de cultivá-la a uma perfeição mais plena?

Expressa sentido semelhante ao trecho sublinhado acima:

- a) mesmo com condições modestas.
- b) conforme suas singelas capacidades.
- c) por causa dos poucos recursos.
- d) devido aos meios limitados.
- e) todavia seja discreto em suas possibilidades.

05. As normas de concordância verbal encontram-se plenamente observadas na frase:

- a) Fazem cem anos, este mês de fevereiro, que se realizou, em São Paulo, a Semana de Arte Moderna.
- b) As ruas que foram alagadas e impediram o trânsito no local haviam sido construídas há 8 meses.
- c) Calculam-se que, no mínimo, 100 mil novas vagas de creche foram ofertadas no ano passado.
- d) Já não resta mais dúvidas de que a saúde mental é essencial para os trabalhadores hoje.
- e) Sobre as recentes falas do político não cabem qualquer juízo de valor.

06. Considere as frases a seguir.

- I. O palestrante se referia à alguém presente na plateia.
- II. O espetáculo irá começar pontualmente às 20 horas.
- III. Deixe os orgulhosos morrerem à míngua.
- IV. Retornei à casa de meus pais com alegria.
- V. Não existe nada melhor do que saborear um bife à cavalo.

O sinal indicativo de crase foi usado corretamente APENAS em

- a) II, III e IV.
- b) I, II e IV.
- c) I, III e IV.
- d) I, IV e V.
- e) II, IV e V.

07. A substituição do elemento grifado pelo pronome correspondente foi realizada de modo CORRETO em:

- a) capitularmos a opressiva industriiosidade = capitularmo-la
- b) gozar a abundância = gozar-lhe
- c) promoveu uma aceleração do trabalho = promoveu-lhe
- d) atihar desejos de consumo = aticha-nos
- e) mantém viva sua aptidão = mantém-a viva

08. A mesma regra justifica a presença de acento em todas as palavras em:

- a) é, má, aliás, até
- b) dionisiaco, econômica, bíblico, pílulas
- c) infatigáveis, abundância, mantém, eficiência
- d) clássicos, comércio, vácuo, técnicas
- e) utópico, convivência, irrefreável, ética

TEXTO 02**Sonhar o Brasil**

A lógica sozinha não move: a criação do novo exige sonho. O teor da tensão entre a lógica e o sonho é o essencial. Um Brasil digno de nossos sonhos não pode ser o devaneio de uma imaginação caprichosa. A construção simbólica da nação desejada e desejável sempre será tarefa coletiva: fruto da depuração paciente do tempo; da construção do misterioso elo entre as sucessivas gerações, idas e vindouras; e de uma infinidade de ensaios, reveses, negociações e vitórias. Um Brasil digno de sonho deve ser concebido a partir do que efetiva e coletivamente somos; dos acidentes e condicionantes bem como dos vícios e virtudes que se entrelaçam em nosso destino comum. Deve estar lastreado na lúcida inteligência das coisas idas, não para se fixar nelas, mas para que tenhamos como manter com elas uma relação consciente e profícua. É garimpando o cascalho das nossas apostas, conquistas e fracassos que chegaremos à lapidação dos nossos saberes e potencialidades. O segredo da utopia reside na arte de desentranhar a luz das trevas. Há um futuro luminoso — épico remisso na visão de um poeta — querendo despertar das sombras do presente.

(Fonte: GIANNETTI, Eduardo. Trópicos utópicos. Uma perspectiva brasileira da crise civilizatória. Companhia das Letras. 2016)

09. O autor, ao discorrer sobre a construção de um Brasil digno de nossos sonhos, destaca como aspecto fundamental:

- a) a prevalência da imaginação coletiva sobre a lógica sozinha.
- b) a necessidade do aprendizado com os erros e os acertos do passado.
- c) a importância de se inspirar em sociedades com vasta bagagem cultural.
- d) a superação dos fracassos e vícios acometidos pelas gerações passadas.
- e) a edificação da pátria do porvir à margem da escuridão do presente.

10. Considerando-se o contexto, deve-se entender que a expressão

- a) *devaneio de uma imaginação caprichosa* aponta para a loucura irrealizável da lógica sozinha.
- b) *depuração paciente do tempo* indica um processo moroso de construção do Brasil.
- c) *desentranhar a luz das trevas* refere-se à apatia diante das adversidades do percurso.
- d) *garimpando o cascalho* representa a coleta e a seleção cuidadosa das experiências vividas.
- e) *lapidação dos nossos saberes e potencialidades* envolve a destruição do passado para construir o futuro.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO*Eduardo Moccelin*

11. Com relação às atividades desenvolvidas em um mês por servidores com função gratificada do TRT PE, foi registrado que:

- 25% do total de servidores com função gratificada eram do sexo feminino e que, destes, 45% haviam cumprido horas extras;
- 60% do número de servidores com função gratificada do sexo masculino cumpriram horas extras;
- 70 servidores com função gratificada não cumpriram horas extras.

Com base nessas informações, o total de servidores com função gratificada no TRT PE é:

- a) 120
- b) 150
- c) 160
- d) 180
- e) 190

12. Todos os servidores de um fórum trabalhista do TRT PE devem assistir a uma palestra sobre "Assédio moral no trabalho", que será apresentada várias vezes, cada vez para um grupo distinto. Um juiz do trabalho foi incumbido de formar os grupos, obedecendo aos seguintes critérios:

- Todos os grupos devem ter igual número de servidores;
- Em cada grupo, as pessoas devem ser do mesmo sexo;
- O total de grupos deve ser o menor possível.

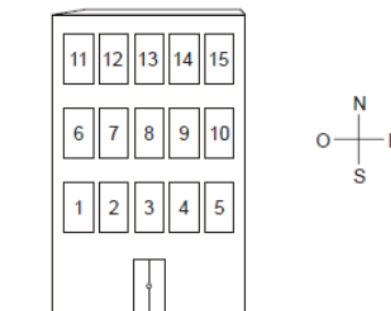
Se o total de servidores do fórum trabalhista é composto de 225 homens e 125 mulheres, o número de palestras que deve ser programado é

- 12
- 14
- 18
- 20
- 25

13. Uma seção do TRT PE apresenta duas impressoras, A e B, que são capazes de tirar 36 e 40 cópias por minuto, respectivamente. Certo dia, as impressoras foram acionadas ao mesmo tempo às 9 horas e 25 minutos e, a partir de então, tiraram iguais quantidades de cópias de um mesmo texto. Considerando que ambas funcionaram ininterruptamente, então, se a impressora A terminou o serviço às 10 horas, 6 minutos e 40 segundos do mesmo dia, a impressora B encerrou o seu serviço às

- 9 horas, 59 minutos e 40 segundos.
- 10 horas, 2 minutos e 30 segundos.
- 10 horas, 5 minutos e 20 segundos.
- 10 horas, 12 minutos e 40 segundos.
- 10 horas, 20 minutos e 30 segundos.

14. A figura a seguir mostra a localização de 15 salas da sede do TRT PE, cujo edifício apresenta três andares.



Sabe-se que:

- As salas são ocupadas somente por magistrados: Guilherme, Maria, Paulo, Renato ou Taís;
- Algumas salas estão ocupadas por um único magistrado, e outras estão vazias;
- Maria não tem outras salas ocupadas no seu andar, e sua sala localiza-se o mais a leste possível;
- Taís está no mesmo andar que Renato, e duas salas a separam da dele;
- Renato está em uma sala no segundo andar, exatamente abaixo da de Maria;
- Paulo e Guilherme estão no andar mais baixo, não são vizinhos e não estão abaixo de uma sala ocupada.
- No segundo andar estão ocupadas apenas duas salas.

Se a sala de Guilherme está a sudoeste da sala de Taís, a sala de Paulo pode ser:

- 3 ou 5
- 1 ou 4
- 4 ou 5
- 3 ou 4
- 1 ou 3

15. Em um sistema informatizado do TRT PE, estabeleceu-se uma operação α sobre o conjunto de elementos $U = \{a, b, c, d, e\}$. A tabela a seguir apresenta o resultado da operação α .

α	a	b	c	d	e
a	a	b	c	d	e
b	b	c	d	e	a
c	c	d	e	a	b
d	d	e	a	b	c
e	e	a	b	c	d

Assim, por exemplo, temos: $b \alpha d = e$.

Nessas condições, se x pertence ao conjunto U e $d \alpha x = c \alpha (b \alpha e)$, então x é o elemento:

- a) a
- b) b
- c) c
- d) d
- e) e

LEGISLAÇÃO

Tiago Zanolla

16. Os servidores do Tribunal Regional do Trabalho estavam discutindo sobre as regras de sucessão no caso de vacância do cargo de Presidente do Tribunal. Durante a conversa, surgiram algumas dúvidas sobre como se dá o processo de eleição e assunção dos cargos de direção, conforme determinado pelo regimento interno do Tribunal.

Diante desse contexto, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

- a) Se o cargo de Presidente ficar vago no segundo ano de mandato, será realizada uma nova eleição para todos os cargos de direção no prazo de 30 dias.
- b) No caso de vacância simultânea dos três cargos de direção, o Desembargador do Trabalho mais antigo assumirá temporariamente a Presidência e

convocará eleições para a primeira sessão plenária seguinte.

- c) O Vice-Presidente, no caso de vacância do Presidente durante o primeiro ano de mandato, assume a Presidência até o final do período restante.
- d) Os Desembargadores eleitos para os cargos de direção não podem continuar atuando como relatores em processos já distribuídos.
- e) A aceitação do cargo de direção é facultativa, independentemente de manifestação formal antes da eleição.

17. Durante uma reunião administrativa no Tribunal Regional do Trabalho, os servidores discutiam sobre o funcionamento das sessões de julgamento e as possibilidades de realização dos julgamentos no ambiente eletrônico. O debate se intensificou quando um dos servidores questionou a aplicabilidade dessas normas, levando a uma análise detalhada do regimento interno.

Com base nos dispositivos apresentados, assinale a alternativa correta:

- a) Todas as sessões de julgamento do Tribunal Pleno devem ser realizadas exclusivamente de forma presencial, sendo vedado o formato eletrônico ou híbrido.
- b) Todos os processos podem ser julgados em ambiente eletrônico, sem exceções.
- c) As sessões extraordinárias ocorrem apenas quando convocadas pelo Presidente do órgão colegiado, sem necessidade de deliberação da maioria dos seus membros.
- d) O julgamento em ambiente eletrônico pode ser aplicado a todos os processos, exceto aqueles que forem destacados pelo Relator.
- e) As sessões administrativas são sempre públicas, não podendo ser realizadas em caráter reservado.

18. Os servidores do Tribunal Regional do Trabalho estavam em treinamento sobre o **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR)**, quando um dos participantes questionou como e quando ele poderia ser instaurado. Para testar o conhecimento dos servidores, foi proposta a seguinte questão:

Com base no disposto no regimento, assinale a alternativa correta sobre o **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR)**:

- a) Apenas o(a) Relator(a) pode requerer a instauração do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas.
- b) O Ministério Público e a Defensoria Pública podem suscitar o IRDR diretamente ao Presidente do Tribunal, mas não as partes do processo.
- c) A petição ou ofício que requer a instauração do IRDR deve ser acompanhada dos documentos necessários para comprovar o preenchimento dos pressupostos do incidente.
- d) O IRDR pode ser suscitado a qualquer momento, independentemente da fase em que o processo se encontra.
- e) A instauração do IRDR não precisa indicar o número do processo originário que deu origem ao incidente.

LEI Nº 8.112/1990 E ALTERAÇÕES

Rodrigo Bet

19. Considerando as disposições da Lei nº 8.112/1990 sobre posse e exercício de cargo público, assinale a alternativa correta:

- a) O ato de provimento será tornado sem efeito caso o servidor não entre em exercício no prazo legal de 15 dias contados da data da posse.
- b) O servidor que não tomar posse no prazo legal de 30 dias, contados da publicação do ato de provimento, será exonerado do cargo.

- c) A posse poderá ser realizada mediante procuração simples, desde que o mandatário tenha poderes gerais de representação.
- d) O prazo para o servidor entrar em exercício após a posse é de 30 dias, contados da publicação do ato de provimento.
- e) O servidor será exonerado do cargo se não entrar em exercício no prazo de 15 dias, contados da data da posse.

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

André Rocha

20. A Resolução CNJ nº 550/2024 alterou a Resolução CNJ nº 400/2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário. Sobre essa norma, assinale a alternativa correta.

- a) O CNJ deve elaborar o Relatório de Desempenho dos Planos de Logística Sustentável (PLS) dos órgãos do Poder Judiciário.
- b) O Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário deve ser elaborado e publicado pelo Supremo Tribunal Federal, com informações recebidas via PLS-Jud.
- c) Após o desenvolvimento do plano de compensação ambiental, é necessário que o órgão do Poder Judiciário proceda com o levantamento das emissões de gases de efeito estufa por ele gerados.
- d) Cada órgão do Poder Judiciário pode criar seu próprio modelo de PLS, não havendo modelo do CNJ que possa ser seguido.
- e) Os indicadores de desempenho instituídos pelo PLS devem servir para avaliação do desenvolvimento ambiental, econômico, social e cultural do órgão.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS*Lilian Novakosk*

21. A Constituição Federal prevê que ‘todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade’

Com relação aos direitos e deveres individuais e coletivos, constantes na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa incorreta:

- a) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, no Congresso Nacional, em dois turnos, por dois terços dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- b) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.
- c) é assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
- d) O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.
- e) Os direitos e garantias expressos na Constituição Federal não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

22. O Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade, institucionalizado por meio da Resolução CSJT N.º 368, de 27 de outubro de 2023, é uma iniciativa do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, de acordo com a Resolução em questão, marque e **INCORRETA**

- a) Considera-se equidade reconhecimento de que o acesso de todas as pessoas aos Direitos Humanos deve ser garantido com ações de caráter universal, mas também por ações específicas e afirmativas voltadas a grupos minoritários ou historicamente oprimidos, a fim de lhes possibilitar o igual acesso aos direitos e às oportunidades previstas em lei.
- b) Considera-se Identidade de Gênero à atração sexual e afetiva de um determinado indivíduo. Pessoas que se atraem pelo mesmo gênero são homossexuais; pessoas que se atraem pelo gênero oposto são heterossexuais; e pessoas que se atraem por ambos os gêneros são bissexuais.
- c) São princípios que regem o Programa respeito à dignidade da pessoa humana e primazia da abordagem preventiva e socioeducativa.
- d) Dentre as ações necessárias à implementação deste Programa está previsto implementação de campanhas, eventos e outras medidas preventivas de sensibilização.
- e) A Gestão Nacional do Programa é realizado pelo Comitê Gestor Nacional que reunir-se-á trimestralmente, em caráter ordinário, podendo ser convocadas reuniões extraordinárias pela Presidência ou pela Coordenação Nacional do Programa.

23. Em conformidade com o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, julgue:

I – O Comitê de Direitos Humanos é composto por 27 membros, indicados pelos Estados Partes no referido Pacto, são eleitos em votação aberta e não secreta.

II – O Comitê de Direitos Humanos é integrado por nacionais dos Estados Partes do referido Pacto, os quais deverão ser pessoas de elevada reputação moral e reconhecida competência em matéria de direitos humanos, levando-se em consideração a utilidade da participação de algumas pessoas com experiência jurídica.

III – Sobre trabalhos forçados ou obrigatórios, não serão assim considerados quaisquer serviços exigidos em casos de emergência ou de calamidade que ameacem o bem-estar da comunidade.

IV – Em virtude do direito à autodeterminação, os povos podem dispor livremente de suas riquezas e de seus recursos naturais, sem prejuízo das obrigações decorrentes da cooperação econômica internacional, baseada no princípio do proveito mútuo, e do Direito Internacional.

Estão corretas:

- a) I e II
- b) II e III
- c) I, III e IV
- d) I, II e III
- e) II, III e IV

24. Com base no Decreto nº 99.710/1990, que promulgou a Convenção sobre os Direitos da Criança, assinale a alternativa correta:

- a) A Convenção sobre os Direitos da Criança estabelece que a adoção internacional deve ser incentivada em detrimento da adoção nacional, pois garante melhores condições de vida à criança.
- b) A Convenção afirma que os Estados Partes devem assegurar à criança o direito de expressar livremente sua opinião sobre todas as questões que a afetam, levando essa opinião em

consideração de acordo com sua idade e maturidade.

c) O tratado internacional prevê que apenas os pais biológicos são responsáveis pela educação da criança, não reconhecendo o papel de outras entidades ou do Estado.

d) A Convenção não trata do direito da criança à identidade, pois este é um tema que deve ser regulamentado exclusivamente pelas legislações nacionais de cada país.

e) A Convenção restringe a liberdade de expressão da criança, permitindo que os Estados Partes imponham censura sem justificativa legal.

25. Com base na Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, promulgados pelo Decreto nº 6.949/2009, assinale a alternativa correta:

a) A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência reconhece que a deficiência deve ser tratada exclusivamente sob o modelo médico, priorizando a reabilitação como principal meio de integração social.

b) O Protocolo Facultativo estabelece um mecanismo obrigatório de monitoramento internacional, ao qual todos os Estados Partes devem se submeter automaticamente.

c) A Convenção determina que a acessibilidade deve ser garantida apenas em espaços públicos, não abrangendo o setor privado.

d) A Convenção afirma que as pessoas com deficiência devem ter igualdade de reconhecimento perante a lei, garantindo-lhes o direito ao exercício da capacidade legal em todos os aspectos da vida.

e) A Convenção permite a privação da liberdade de pessoas com deficiência com base exclusivamente na existência da deficiência, desde que prevista na legislação nacional.

INFORMÁTICA*Emannuelle Gouveia*

26. No Windows 10 temos uma funcionalidade responsável por realizar o controle de envio das notificações, podendo o usuário definir períodos em que não deseja ser interrompido. Essa funcionalidade é:

- a) Windows Defender
- b) Limpeza de Disco.
- c) Assistente de Foco.
- d) Cortana
- e) Vídeo

27. No Word, para alinharmos um texto ou parte do texto à direita, devemos usar que tecla de atalho

- a) CTRL + G.
- b) Ctrl + E.
- c) CTRL + J
- d) ALT + D
- e) CRL + D

28. No Google Crhome o usuário digitou a opção "Estado de Pernambuco" filetype:pdf . Qual das opções indica o retorno que será exibido para ele:

- a) Serão exibidas apenas as páginas que possuem a expressão "pdf" no texto.
- b) Serão exibidos os arquivos pdf que tem exatamente a expressão "Estado de Pernambuco" escrita dessa forma e nessa sequência.
- c) Serão exibidas os arquivos pdf que tem qualquer uma das palavras contidas na expressão "Estado de Pernambuco".
- d) Serão exibidas os arquivos pdf que não tem nenhuma das palavras contidas na expressão "Estado de Pernambuco".
- e) Serão exibidos qualquer arquivo que tenha exatamente a expressão "Estado de Pernambuco" escrita dessa forma e nessa sequência.

29. Sobre o Google Drive

- a) É a ferramenta de disponibilização e compartilhamento de arquivos na nuvem da Google.
- b) Não permite o compartilhamento de arquivos com e-mails que não sejam do gmail.
- c) Foi incorporada pela Microsoft nas novas versões do Windows 11.
- d) Só disponibiliza as funcionalidades de compartilhamento de arquivos para as contas de assinantes e não para as contas gratuitas.
- e) Não permite o upload de arquivos de vídeo.

30. É um ataque que se caracteriza pela alta capacidade de multiplicação e apresenta atuação autônoma.

- a) virus
- b) cavalo de tróia
- c) worm
- d) spyware
- e) cookie

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO ADMINISTRATIVO***Antônio Daud*

31. A respeito da Organização administrativa brasileira, assinale a alternativa correta:

- a) Ressalvados os casos previstos na Constituição Federal, a exploração indireta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.
- b) As agências executivas não representam nova categoria de pessoa jurídica, mas uma qualificação que o poder público pode conferir a autarquias, fundações públicas e estatais que celebrarem contrato de gestão com o poder central.
- c) A partir da descentralização por colaboração, a lei cria ou autoriza a instituição de entidades da administração indireta.
- d) A União e suas autarquias estão obrigadas, segundo o atual texto constitucional, a seguirem regime jurídico único para seu pessoal.
- e) O Tribunal Regional do Trabalho é exemplo de órgão público da administração centralizada desconcentrada.

32. Considerando os termos da Lei 11.107/2005, que dispõe sobre a celebração de consórcios públicos, é correto asseverar que o consórcio com personalidade jurídica de direito público:

- a) integra a administração direta de todos os entes da Federação consorciados.
- b) integra a administração indireta do ente consorciado de maior estatura federativa.
- c) integra a administração direta do ente consorciado de maior estatura federativa.
- d) não integra a Administração Pública, dada sua natureza contratual.

e) integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.

33. Tomando por base o disposto na Lei 14.133/2021, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Como regra geral, é proibida a realização de obras e serviços de engenharia sem projeto executivo.
- b) Obra é toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel.
- c) Nas licitações de obras e serviços de engenharia e arquitetura, sempre que adequada ao objeto da licitação, será preferencialmente adotada a Modelagem da Informação da Construção (*Building Information Modelling* - BIM) ou tecnologias e processos integrados similares ou mais avançados que venham a substituí-la.
- d) Os licenciamentos ambientais de obras e serviços de engenharia licitados e contratados nos termos desta Lei terão prioridade de tramitação nos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e deverão ser orientados pelos princípios da celeridade, da cooperação, da economicidade e da eficiência.
- e) Na contratação de serviços de grande vulto, é facultado à Administração inserir no edital matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado, desde que não adotado o regime de contratação integrada.

34. No caso de se detectar infração grave praticada por servidor público federal, enquadrada no art. 132 da Lei 8.112/1990 como punível com pena de demissão, a autoridade administrativa, após a devida apuração dos fatos

- a) exercerá poder de polícia ao aplicar a sanção de demissão ao servidor.
- b) não dispõe de discricionariedade para aplicar ao servidor pena diversa da demissão.
- c) não poderá alterar a capitulação legal da conduta do servidor, visto que tal conduta, por si só, ensejaria a nulidade da apuração.
- d) ao aplicar a penalidade, a autoridade administrativa não pode se utilizar de fundamentação *per relationem*.
- e) deverá absolver o acusado, quando houver decisão judicial que inocente o servidor por insuficiência de provas quanto à sua autoria.

35. No que se refere às classificações e às espécies dos atos administrativos, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) No tocante à liberdade de ação, os atos são classificados em discricionário e vinculado, também chamado de ato-regrado.
- b) Atos administrativos gerais são aqueles que atingem número indeterminado de destinatários.
- c) Ato de gestão decorre da supremacia do poder público, sendo praticado com o uso de suas prerrogativas, a fim de melhor gerenciar os recursos públicos e atender ao interesse da coletividade.
- d) Ato simples singular é aquele que resulta da declaração de vontade de um único órgão, o qual é composto por um único agente.
- e) Atos ordinatórios são aqueles que emanam do poder hierárquico da Administração, alcançando os servidores públicos que lhes são subordinados.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

36. Sobre a aplicabilidade e eficácia das normas constitucionais, assinale a alternativa correta:

- a) As normas de eficácia limitada possuem aplicabilidade indireta e mediata, dependendo de regulamentação posterior para produzirem todos os seus efeitos.
- b) As normas de eficácia plena admitem restrições infraconstitucionais para limitar seu alcance e aplicabilidade.
- c) As normas constitucionais de eficácia contida não possuem aplicabilidade imediata, pois necessitam de complementação legislativa.
- d) As normas programáticas, por terem caráter principiológico, não possuem qualquer efeito jurídico imediato.
- e) Toda norma de direito fundamental tem eficácia plena, independentemente de qualquer regulamentação infraconstitucional.

37. Um município, preocupado com o aumento do comércio de eletrônicos importados, edita lei proibindo a venda de dispositivos eletrônicos fabricados no exterior sem certificação municipal de qualidade. Considerando as regras constitucionais sobre repartição de competências, essa lei municipal é:

- a) inconstitucional, pois trata de matéria de competência privativa da União.
- b) constitucional, pois compete ao município legislar sobre assuntos de interesse local.
- c) constitucional, pois a Constituição prevê competência concorrente entre União, Estados e Municípios para legislar sobre comércio exterior.
- d) inconstitucional, pois somente os Estados possuem competência legislativa para regular o comércio de bens importados.
- e) constitucional, desde que haja lei estadual autorizando os municípios a regulamentar a comercialização de produtos importados.

38. O Presidente da República editou um decreto que, além de alterar a denominação de órgãos administrativos do Governo Federal, também extinguiu cargos vagos e transferiu alguns deles para outros ministérios, com base em sua discricionariedade administrativa. Considerando as normas constitucionais, a medida praticada pelo Presidente da República:

- a) é inconstitucional, pois a extinção e criação de cargos públicos são matérias reservadas à lei, e o Presidente da República não pode regulamentá-las por decreto.
- b) é regular, pois se insere nas atribuições do Presidente da República, que pode editar decretos relativos à organização da administração pública, desde que não envolvam aumento de despesas.
- c) é inconstitucional, pois o Presidente da República não pode transferir e extinguir cargos por decreto, uma vez que tal ato depende de autorização do Congresso Nacional.
- d) é válida, pois o Presidente da República tem competência para editar decretos autônomos sobre matérias administrativas, incluindo a criação e extinção de cargos.
- e) é válida, mas apenas se previamente houver autorização legislativa específica para a transferência e extinção de cargos.

39. Carlos, 40 anos de idade, é advogado com quinze anos de efetiva atividade profissional. Gabriela, 60 anos de idade, é membro do Ministério Público do Trabalho com 30 anos de efetivo exercício. Roberto, 45 anos de idade, é membro do Ministério Público Federal com 20 anos de efetivo exercício. Carlos, Gabriela e Roberto, todos residentes e atuantes em São Paulo, possuem notável saber jurídico e reputação ilibada. Levando-se em conta apenas as informações fornecidas, em conformidade com a Constituição Federal, o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região poderia vir a ser composto por:

- a) Gabriela e Roberto, apenas.

- b) Carlos e Gabriela, apenas.
- c) Carlos, apenas.
- d) Roberto, apenas.
- e) Carlos, Gabriela e Roberto.

40. A respeito do Poder Legislativo e do Poder Executivo assinale a opção correta:

- a) Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado, tal prerrogativa é extensível aos codenunciados que não estejam investidos em tais funções.
 - b) É competência privativa do Senado Federal resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;
 - c) Compete ao Presidente da República decretar o Estado de Sítio, o Estado de Defesa e a Intervenção Federal, desde que autorizado pelo Congresso Nacional.
 - d) É competência legislativa do Congresso Nacional a fixação de subsídios dos Ministros do STF, do Presidente da República e de Ministros de Estado.
 - e) Compete ao Senado Federal processar e julgar o Presidente da República e o Vice-presidente nos crimes de responsabilidade, cabendo ao senado também julgar os Ministros de Estado e os comandantes das forças armadas nos crimes da mesma natureza, desde que conexos com o do Presidente da República.
-

DIREITO DO TRABALHO*Antônio Daud*

41. Em relação à extinção do contrato de trabalho, assinale a alternativa correta:

- a) A cessação da atividade da empresa exclui o direito do empregado ao aviso prévio, na medida em que não houve iniciativa patronal para extinção do vínculo.
- b) O período do aviso prévio não deve ser computado para fins de cálculo das férias.
- c) A ocorrência de qualquer justa causa no decurso do prazo do aviso prévio dado pelo empregador retira do empregado qualquer direito às verbas rescisórias de natureza indenizatória.
- d) Em contratos de trabalho a termo, o empregador que despedir o empregado sem justa causa, ficará obrigado a pagar-lhe indenização à razão de um terço da remuneração a que teria direito até o fim do contrato.
- e) A estabilidade do dirigente sindical é limitada a sete dirigentes titulares e sete dirigentes suplentes.

42. A respeito da aquisição e concessão de férias individuais, analise os itens a seguir de acordo com as regras celetistas:

- I. As férias serão adquiridas por ato do empregador após cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, iniciados imediatamente após a concessão do intervalo.
- II. A época de concessão de férias será a que melhor atenda aos interesses do empregador.
- III. Os dias de férias gozados após o término do período legal de concessão deverão ser remunerados com um adicional de 50%.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I.
- e) III.

43. Acerca da rescisão indireta do contrato de trabalho e da culpa recíproca, julgue os itens abaixo:

- I. O cometimento de assédio moral por parte do empregador pode ensejar a rescisão indireta do contrato de trabalho.
- II. A exigência de serviços de empregada, por parte do empregador, que requeiram força muscular superior a 20 quilos para o trabalho ocasional pode ensejar a rescisão indireta do contrato de trabalho.
- III. A extinção do contrato de trabalho por culpa recíproca ocorre quando tanto empregador quanto empregado dão causa à extinção do contrato, ou seja, ambas as partes praticam condutas ensejadoras da rescisão. Neste caso, o empregado tem direito a 50% do valor do aviso prévio, 50% do saldo de salário e 50% das férias proporcionais.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) II.
- b) I.
- c) I e III.
- d) III.
- e) I e II.

44. Tomando por base os entendimentos sumulados pelo TST, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A circunstância de a relação de emprego ter sido reconhecida apenas em juízo não tem o condão de afastar a incidência da multa prevista no art. 477, §8º, da CLT. A referida multa não será devida apenas quando, comprovadamente, o empregado der causa à mora no pagamento das verbas rescisórias.
- b) É do empregador o ônus de comprovar que o empregado não satisfaz os requisitos indispensáveis para a concessão do vale-transporte ou não pretenda fazer uso do benefício.
- c) O pagamento de adicional de periculosidade efetuado por mera liberalidade da empresa, ainda que de forma proporcional ao tempo de exposição ao risco ou em percentual inferior ao máximo legalmente previsto, dispensa a realização da prova técnica exigida pelo art. 195 da CLT, pois torna incontroversa a existência do trabalho em condições perigosas.
- d) Tratando-se de pedido de pagamento de diferenças salariais decorrentes da inobservância dos critérios de promoção estabelecidos em Plano de Cargos e Salários criado pela empresa, a prescrição aplicável é total.
- e) Presume-se discriminatória a despedida de empregado portador do vírus HIV ou de outra doença grave que suscite estigma ou preconceito. Inválido o ato, o empregado tem direito à reintegração no emprego.

45. No que se refere às fontes do Direito do Trabalho, julgue os itens abaixo de acordo com os entendimentos doutrinários majoritários:

- I. A CLT, a Constituição Federal e as sentenças normativas constituem fontes formais do Direito do Trabalho.
- II. As greves deflagradas pelos trabalhadores e as discussões travadas nas redes sociais a respeito de direitos trabalhistas constituem fontes materiais do Direito do Trabalho.
- III. Súmulas editadas pelo Tribunal Superior do Trabalho não podem criar obrigações não previstas em lei, mas podem restringir direitos legalmente previstos.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) I e II.
- b) I.
- c) II.
- d) III.
- e) I, II e III.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Bruno Klippel

46. Aplica-se ao processo do trabalho o incidente de descon sideração da personalidade jurídica. Sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Não cabe o incidente de descon sideração da personalidade jurídica nos processos trabalhistas.
- b) Da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente, cabe agravo interno se proferida pelo relator em incidente instaurado originariamente no tribunal.
- c) A instauração do incidente interrompe o processo.
- d) Da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente, na fase de cognição, cabe recurso de imediato.
- e) Da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente, na fase de execução, cabe agravo interno, desde que garantido o juízo.

47. Em relação à competência da Justiça do Trabalho, conforme normas insculpidas na Constituição Federal do Brasil e na Consolidação das Leis do Trabalho,

- a) as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho não estão abrangidas na competência da Justiça do Trabalho, mas sim da Justiça Federal por envolver agente da União.
- b) a servidora municipal Afrodite deve ajuizar ação para reivindicar direitos relativos ao vínculo estatutário na Vara do Trabalho do município em que reside.
- c) a empregada Iris deve propor reclamação trabalhista, em regra, na Vara do Trabalho do município em que prestou os serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratada em outra localidade.
- d) a competência da Vara do Trabalho se dá pela localidade em que o empregador tenha sua sede, como regra geral, em razão do princípio da execução menos gravosa ao devedor.
- e) o empregado Thor, que é viajante comercial da empresa Delta e atua em todo Estado do Piauí, deverá propor reclamação trabalhista na Vara do Trabalho de Teresina, Capital do Estado do PI.

48. Assinale a alternativa correta de acordo com o processo do trabalho.

- a) Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente.
- b) As testemunhas arroladas pelas partes deverão ser intimadas para comparecer à audiência de instrução e julgamento, com cinco dias de antecedência da realização do ato.
- c) As partes e testemunhas serão inquiridas diretamente por seus representantes ou advogados, podendo ser reinquiridas, a critério do juiz.

d) Cada parte poderá ouvir até três testemunhas por fatos articulados ou pedidos formulados pelas partes.

e) Apresentado documento pela parte durante a audiência de instrução e julgamento, o juiz abrirá prazo de cinco dias para que a parte adversa possa se manifestar sobre a prova.

49. Assinale a alternativa correta sobre as nulidades no processo do trabalho.

- a) No processo do trabalho só haverá nulidade quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.
- b) A parte que der causa a nulidade deverá argui-la à primeira vez em que tiverem de falar em audiência ou nos autos.
- c) A nulidade fundada na incompetência do foro não será pronunciada quando for possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato.
- d) As nulidades relativas poderão ser arguidas a qualquer tempo e grau de jurisdição, vedado o reconhecimento de ofício pelo magistrado.
- e) Reconhecida e declarada a nulidade do ato processual, todos os atos subsequentes ao anulado deverão ser refeitos.

50. No processo do trabalho, o recurso de agravo de instrumento:

- a) Não possui previsão normativa.
- b) Pode ser interposto em relação às decisões interlocutórias em geral desde que proferidas em audiência.
- c) É cabível para atacar sentença sem julgamento do mérito.
- d) É cabível frente à decisão de não recebimento do agravo de petição.
- e) É cabível em relação à decisão que indefere a petição inicial.

DIREITO CIVIL*Paulo Sousa*

51. A respeito dos direitos da personalidade, assinale a alternativa que não representa o entendimento jurisprudencial:

- a) O exercício dos direitos da personalidade pode sofrer limitação voluntária, desde que não seja permanente nem geral.
- b) Prescreve em 10 anos a pretensão de reconhecimento de ofensa a direito da personalidade.
- c) A ampla liberdade de informação, opinião e crítica jornalística reconhecida constitucionalmente à imprensa não é um direito absoluto, encontrando limitações, tais como a preservação dos direitos da personalidade.
- d) No tocante às pessoas públicas, apesar de o grau de resguardo e de tutela da imagem não ter a mesma extensão daquela conferida aos particulares, já que comprometidos com a publicidade, restará configurado o abuso do direito de uso da imagem quando se constatar a vulneração da intimidade ou da vida privada.
- e) A divulgação de fotografia em periódico (impresso ou digital) para ilustrar matéria acerca de manifestação popular de cunho político-ideológico ocorrida em local público não tem intuito econômico ou comercial, mas tão-somente informativo, ainda que se trate de sociedade empresária.

52. É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde:

- a) está localizada a sede do empregador;
- b) resida o contratante;
- c) é recebido o valor pelo serviço ou produto;
- d) esta é exercida;
- e) tiver registro na classe profissional.

53. A desconsideração da personalidade jurídica é um instituto jurídico que permite a superação da autonomia patrimonial da pessoa jurídica em situações específicas. Sobre o tema, analise as afirmativas abaixo e escolha a correta:

- a) A desconsideração da personalidade jurídica no CC/2002 pode ser aplicada quando houver confusão patrimonial ou abuso de personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela dissolução irregular da sociedade.
- b) A desconsideração da personalidade jurídica é uma sanção aplicada automaticamente em qualquer caso de inadimplemento de obrigações por parte da pessoa jurídica.
- c) Para que seja aplicada a desconsideração da personalidade jurídica, basta a mera insolvência da pessoa jurídica.
- d) O instituto da desconsideração da personalidade jurídica não encontra previsão no CC/2002, sendo tratado exclusivamente no Código de Processo Civil.
- e) A Teoria Maior da desconsideração da personalidade é aplicada a uma quantidade maior de casos, ao passo que, a Teoria Menor é aplicada apenas no caso de desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial.

54. No Código Civil, os bens são classificados de acordo com diversas características. Sobre a classificação dos bens, assinale a alternativa correta

- a) Os bens móveis podem ser considerados fungíveis ou infungíveis, dependendo da possibilidade de substituição por outros de mesma espécie, qualidade e quantidade.
- b) Os bens públicos podem ser alienados livremente, desde que sejam utilizados para fins sociais ou econômicos pela administração pública.
- c) Os bens imóveis incluem apenas terrenos, edificações e tudo aquilo que for naturalmente incorporado ao solo, como árvores e plantas.
- d) Os bens considerados acessórios não dependem dos bens principais e podem ser utilizados autonomamente sem qualquer prejuízo à sua funcionalidade.
- e) Os bens divisíveis são aqueles que, ao serem fracionados, perdem completamente sua utilidade ou valor econômico, como uma obra de arte única.

55. O Código Civil de 2002 dispõe sobre os defeitos do negócio jurídico, que podem comprometer sua validade ou eficácia. Com base nessa temática, assinale a alternativa correta

- a) O erro pode ser considerado um defeito do negócio jurídico desde que seja escusável e tenha influência direta na formação da vontade de uma das partes.
- b) A coação só será considerada um defeito do negócio jurídico se causar dano patrimonial à parte coagida.
- c) O dolo acidental, mesmo sem influenciar diretamente na celebração do negócio jurídico, torna o negócio automaticamente nulo.
- d) A simulação ocorre exclusivamente quando ambas as partes concordam em praticar um negócio fictício para enganar terceiros, não havendo outra modalidade de simulação.
- e) O estado de perigo é configurado quando uma parte, em situação de necessidade, celebra negócio jurídico por erro quanto à qualidade essencial do objeto.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

56. Suponha que, no curso de ação judicial que tramita pelo procedimento comum, o autor deixe de residir no Brasil, não tendo no país bens imóveis. Nesse caso,

- a) O juiz deverá extinguir o processo de plano.
- b) Não haverá qualquer consequência processual, uma vez que a competência foi firmada com a distribuição.
- c) O autor deverá prestar caução suficiente ao pagamento das custas e dos honorários de advogado da parte contrária nas ações que propuser.
- d) O juiz deverá intimar o réu para manifestar se concorda com o prosseguimento do feito no Brasil.
- e) O juízo deverá, após ouvir o autor, declinar da competência para o novo domicílio informado nos autos.

57. Em determinada demanda judicial, o juiz restou convencido pelas circunstâncias de que o autor e réu serviram do processo para praticar ato simulado. Na referida situação, o juiz deverá:

- a) Proferir decisão que impeça os objetivos das partes, aplicando, de ofício, as penalidades da litigância de má-fé.
- b) Proferir decisão que impeça os objetivos das partes, aplicando, de ofício ou a requerimento, as penalidades da litigância de má-fé.
- c) Advertir autor e réu sobre a conduta improba e determinar a intimação do Ministério Público para atuar como fiscal da lei.
- d) Extinguir o processo sem resolução do mérito.
- e) Proferir decisão que impeça os objetivos das partes, aplicando, de ofício, as penalidades de ato atentatório à dignidade da justiça.

58. De acordo com o Código de Processo Civil, a respeito da liquidação de sentença,

- a) Na liquidação permite-se a rediscussão da lide.
- b) Não se permite a simultânea à liquidação quando na sentença houver uma parte líquida e outra ilíquida.
- c) Quando a apuração do valor depender apenas de cálculo aritmético, o credor poderá promover, desde logo, o cumprimento da sentença
- d) A liquidação não poderá ser realizada na pendência de recurso.
- e) A liquidação ocorrerá por arbitramento quando houver necessidade de alegar e provar fato novo.

59. Para a ação em que for ré sociedade ou associação sem personalidade jurídica, o Código de Processo Civil estabelece, como regra, a competência do foro:

- a) Do domicílio de sua sede.
- b) Do domicílio do autor.
- c) Do lugar onde exerce suas atividades.
- d) Do lugar onde a obrigação deva ser satisfeita.
- e) Do domicílio do sócio.

60. Acerca dos embargos de terceiro, considere:

- I - O possuidor direto pode alegar, além da sua posse, o domínio alheio.
 - II - Os embargos poderão ser contestados no prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual se seguirá o procedimento comum.
 - III - A citação será pessoal, ainda que o embargado tenha procurador constituído nos autos da ação principal.
 - IV - Será legitimado passivo o sujeito a quem o ato de constrição aproveita, assim como o será seu adversário no processo principal quando for sua a indicação do bem para a constrição judicial. De acordo com o Código de Processo Civil, está correto o que se afirma APENAS em
- a) I e II.
 - b) I, II, III e IV.
 - c) II, III e IV.
 - d) II e IV.
 - e) I, II e IV.

Discursiva

Quando alguém diz "Não tenho opinião formada sobre isso", entende-se que a pessoa ainda não analisou detidamente a questão a ser considerada. Outras, no entanto, emitem opiniões taxativas sobre tudo.

Escreva um texto dissertativo no qual você se posicionará diante dessa divergência de comportamentos.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
